2014 março 5

CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
APROVADO c/ 1 abstº do PS. Presidente e
em reunião de 1 14 2014 abst. do Presidente por não ter estado nesta reunião
O Presidente
c/ 6 votos a favor.

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÀRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 5 DE MARÇO DE 2014 ------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo.----------

--- A reunião teve início às dezassete horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Vice-Presidente Silvino José da Silva Lúcio (que substituiu o Sr. Presidente na condução dos trabalhos) os Srs. Vereadores António Amaral e Cláudia Gomes; pela CPFNT os Srs. Vereadores António Jorge Lopes e Maria João Canilho; pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador David Mendes; e o Sr. Vereador Herculano Valada Martins. ----------

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Irene Lameiro. ----------

---------- ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

--- O Senhor Vice-presidente deu início à Sessão cumprimentou os presentes, agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo a cedência do espaço para a realização da reunião e nos termos do regimento aprovado indagou se alguém do público quereria usar da palavra. ----------

--- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

--- Tomou a palavra a Senhora D. Deolinda Oliveira que perguntou de quem era a responsabilidade da limpeza de ribeiras e quando é que se previa proceder à limpeza das ribeiras da Milhariça e de uma outra que atravessa Aveiras de Cima até à ponte da autoestrada. Relativamente à manutenção de espaços verdes perguntou se esta era matéria da competência da Câmara ou da Junta de Freguesia referindo que o Jardim dos Casais das Comeiras se encontrava muito degrado, a que o Senhor Vice-presidente respondeu que a limpeza de Ribeiras nos aglomerados urbanos era da responsabilidade do Município - por diversas verdes já se tinha procedido à limpeza das ribeiras referidas - e fora da malha urbana a manutenção era da responsabilidade da ARH Tejo. Quanto à manutenção de espaços verdes o Senhor Vice-presidente esclareceu que a Câmara criara duas equipas de manutenção com pessoal do Fundo de Desemprego, alguns com larga experiência na vertente Jardins e que providenciaria para que uma equipa se deslocasse ao jardim das Comeiras.----------

--- Interveio o Senhor Justino Oliveira, que referiu ter entregado há cerca de quinze dias uma fatura da Adaz à Câmara por nela estar referida a cobrança da taxa de saneamento variável e na rua onde habita não existir rede separativa; disse ainda que na referida rua havia munícipes a quem não era cobrada a taxa e não percebia qual o critério da cobrança; referiu, por fim, que os períodos de faturação ultrapassavam os trinta dias. Continuando, alertou para a necessidade de se rever o Regulamento de Transito que tinha mais de dez anos. ---

--- Em resposta, e começando pela última questão, o Sr. Vice-presidente disse que com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia se tinha deslocado aos circuitos críticos que teriam de ser analisados, estando a ser elaborado um documento de trabalho após o que seriam ouvidos a G.N.R., os comerciantes locais e outras entidades para se proceder à revisão efetiva. Quanto à ação fiscalizadora da Câmara sob a empresa detentora da concessão de águas e nomeadamente quanto à cobrança indevida ou não da tarifa variável disse que já estavam a ser analisadas as situações de obras realizadas pela AdAz, que solicitara a um técnico da Câmara que em conjunto com um engenheiro da AdAz procedessem ao levantamento dos troços já efetuados por forma a aferir quais o que estariam finalizados o que justificaria a aplicação da tarifa, uma vez que estava previsto que as zonas com saneamento mas sem tratamento final estavam isentas do pagamento.----------

--- Interveio o Senhor Rodrigues de Almeida que solicitou ao executivo a sua intervenção junto da AdAz para que as faturas pudessem ser mais explicitas para o consumidor, nomeadamente o tamanho da letra e as siglas utilizadas sem legenda. Mencionou também situações de mudança de contador em que a empresa instalava sempre outro de maior potência o que em seu entender era manifestamente prejudicial para os munícipes. -----

--- Em resposta o Senhor Vice-presidente disse que a mudança de contadores era exigida ao abrigo das diretrizes do ERSAR, mas que era obrigatório a substituição por um contador do mesmo calibre e que iria sugerir à AdAz a colocação de legendas na fatura para melhor compreensão por parte dos munícipes. ----------

---Interveio o Senhor Carlos Valada que na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, agradeceu ao executivo a descentralização das Reuniões de Câmara e lamentou que a afluência do público não fosse maior. Considerou inoportuno alongar-se em questões referentes à freguesia, uma vez que tinha tido uma reunião há pouco tempo com o executivo municipal na qual explanara diversas situações, pelo que se limitou a solicitar ao executivo que não descurasse as Freguesias e em particular Aveiras de Baixo que se encontrava muito degradada. ----------

--- Interveio o Senhor António Loureiro, Presidente da Junta de Alcoentre, que referiu a notícia lida há poucos dias acerca da Concessão de Águas no Concelho de Azambuja lamentou que assim fosse e disse-se contra a

privatização de certos setores da economia como as redes de distribuição de energia e sobretudo a da água. Declarou que o chocava ver empresas multinacionais a apropriar-se dos aquíferos e referiu que seria importante que a Câmara exercesse uma atividade fiscalizadora sobre a AdAz; mencionou, por fim, o mau estado das vias da sua freguesia. Em resposta o Senhor Vice-Presidente disse que a freguesia de Alcoentre estava realmente esburacada assim como as restantes lembrou que o Inverno fora muito rigoroso e que estava prevista a intervenção nas vias quando o tempo o permitisse; disse ainda que ficara preocupado com o que vira no facebook resultado dos desacatos havidos em Tagarro que classificou de vandalismo e que tinha falado acerca desta e doutras situações semelhantes com o Comandante do Posto da GNR solicitando uma maior vigilância no Concelho.----------

--- INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E VEREADORES ----------

--- Interveio o Senhor Vereador David Mendes que saudou a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Alcoentre, dizendo crer ser a primeira vez que alguém do Partido Socialista com responsabilidades, criticava ainda que de forma indireta, o que fora feito com a questão das águas em Azambuja, aproximando-se assim das posições várias vezes reiteradas pela CDU. Lamentou os acontecimentos em Tagarro que a Câmara deveria analisar e acompanhar. Relativamente a questões que já anteriormente colocara perguntou qual a evolução da qualidade do ar, nos contactos com a CLC; sublinhou a importância dos focos desligados serem assinalados com chancela Municipal; indagou pelo Centro Escolar de Aveiras de Cima; perguntou a situação do mercado diário de Manique do Intendente; qual a evolução dos trabalhos, relativamente às obras realizadas na EB1 de Aveiras de Cima durante o período de férias escolares, designadamente se as obras referidas no relatório como urgentes já tinha sido efetuadas; como é que a Câmara pretendia tratar a questão dos subsídios em atraso às coletividades no atual contexto, e como previa atuar no novo modelo; perguntou ainda se teria havido alguma alteração à frequência de recolhas dos serviços contratados com a empresa de recolha de resíduos sólidos urbanos considerando o lixo acumulado junto dos contentores. Perguntou ainda se a Câmara teria já um plano de atuação para a reparação de estradas no período do Verão conforme tinha sido dito pelo Sr. Vice-presidente em anterior reunião, concordando que a reparação fosse efetuada nessa altura uma vez que no momento as condições climatéricas não o permitiam. Em seu entender e comungando da opinião do Sr. Vice-presidente em Portugal aplicavam-se milhões na recuperação da orla marítima, quando na verdade isso era dinheiro deitado ao mar - decisões do poder central que não passavam pelas autarquias não havia nada a fazer a não ser chatear a CPFNT que muitas vezes fazia muita demagogia sem se demarcar das decisões governamentais. ----------

--- Em resposta o Sr. Vice-presidente disse não ter ainda o relatório da CLC, tinha tido uma reunião com o Comandante Operacional Municipal da Proteção Civil tendo-lhe solicitado celeridade na obtenção do mesmo. Informou que todos os focos desligados tinham a indicação de "foco desligado" mas como era a tinta poderia ter sido apagado. Relativamente ao Centro Escolar de Aveiras de Cima, fora dito em Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente da Câmara que o projeto era para avançar ainda que reformulado. Sobre o mercado diário informou haver intenção de deslocalizar o espaço e que havia já um esboço dessa reformulação, tendo sido colocados alguns pedidos de alteração pelo atual executivo da União das Freguesias. Informou, também, que as obras na escola durante o período de férias de carnaval estavam a se realizadas. Relativamente aos subsídios a coletividades fora dito em Assembleia Municipal pelo Senho Presidente que este era um assunto que teria de ser falado com as coletividades, havia dificuldades económicas para o resolver (se os fundos imobiliários passassem a ser tributados no concelho isso representaria um encaixe financeiro com alguma expressão e poder-se-ia pensar em regularizar a situação. Em relação às estradas o tempo não permitia grandes intervenções mas a situação iria ser resolvida. ----------

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador David Mendes dizendo que em relação aos focos o que pretendia era que a placa tivesse a identificação ou chancela do Município para que se soubesse que fora a Câmara que o mandara desligar, e que relativamente à questão das coletividades o que pretendia saber era se a Câmara estava disposta a discutir e a resolver o problema no atual contexto. ----------

--- O senhor Vice-Presidente respondeu que o financiamento de coletividades teria de ser revisto, o modelo até agora era diferente pois havia disponibilidade financeira, iria ser difícil certamente o Presidente e os Srs. Vereadores do Pelouro teriam de chamar e conversar com as coletividades e o Executivo teria de encontrar uma plataforma de entendimento, referiu haver situações, dando como exemplo os Ranchos Folclóricos, em

que fora a própria Câmara a encomendar o serviço, referiu que o Executivo não queria prejudicar ninguém mas " onde não há não se pode pôr" ----------
--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes que cumprimentou os presentes e em particular o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo. Relativamente às águas recordou que quando pela primeira vez fora abordada a adesão à Ado quer os deputados da CDU quer os do PSD abandonaram a sala, no mandato 2001/2005, quando o contrato de concessão fora aprovado, a CDU votara com o mesmo sentido de voto do PSD, em 2005 quando fora colocada a questão da concessão das águas em baixa o PS votara a favor e a CDU e o PSD votaram contra. No último mandato, 2009/2013, em todas as matérias quer em alta quer em baixa a CDU votara sempre da mesma forma que a CPFNT pelo que não existia a necessidade da CPFNT de se demarcar de nada, tinha feito o que entendeu ser melhor para o concelho de Azambuja, e fora sempre afirmado que em matéria de água não era a favor de privatização do sistema, não compreendendo por isso os fogachos da ala mais à esquerda. A CPFNT sabia o que votara, a dúvida era se a CDU sabia o que votara há pouco tempo lembrando que o Senhor Vereador Mendes votara contra a proposta de alteração que a CPFNT apresentara, e que em função da revisão do contrato de concessão de água, fora a única vez que a CDU não tivera o mesmo sentido de voto que a Coligação - se calhar já não era contra a privatização. Disse que a CPFNT não precisar de se demarcar de nada porque sempre mantivera a mesma posição. Relativamente à mudança de contadores comentada na intervenção anterior disse ser interessante perguntar à AdAz, relativamente a um período de 1 ou 2 anos, quantos contadores tinha comprado e quantas pessoas já haviam passado pela mudança e tinham contadores substituídos, continuando voltou a pedir cópia da exposição feita à ERSAR no âmbito da renegociação do ajustamento financeiro e, para finalizar, perguntou se havia algum processo recente da AdO contra a Câmara de Azambuja, a que respeitava o processo e qual o valor nele envolvido.-------
--- O Sr. Vereador David Mendes, em resposta à intervenção do Sr. Vereador Jorge Lopes, afirmou que este se estaria a aproveitar da problemática da água para tirar dividendos políticos, dado saber que o conceito de utilizador/pagador introduzido pelo seu partido implicou aumentos incomportáveis e agora acabou por se demarcar. De facto, o Sr. Vereador Jorge Lopes até agora nunca se expressara contra a privatização das águas, apesar de haver outras questões a abordar como, por exemplo, a privatização da E.G.F., questão que não pode ser gerida a nível municipal mas a nível da Administração Central. Relativamente à questão das águas decorreram duas reuniões preliminares a convite do Sr. Presidente da Câmara onde a CPFNT entrou muda e saiu calada limitando-se a pedir documentação. A posição da CDU é uma posição realista. Temos de tornar os serviços sustentáveis e a posição da CPFNT é estar contra isso, é abandonar a sala. (Temos de ser muito concretos porque vêm aí outros problemas para resolvermos, como a aplicação da taxa de segurança (ideia dos deputados do governo e do Partido Socialista) na fatura da água, para isso temos de obrigar o Município a intervir junto da concessionária por forma a fazer baixar o custo por m^3 de água, uma vez que existem condições para tal, e com o aumento que já foi aprovado da taxa de RSU, acomodar essa taxa. A CDU tem uma visão realista sobre o problema coisa que a CPFNT parece que não quer ter mais até por estratégica. ----------
--- Em resposta o Senhor Vereador Jorge Lopes disse que em diversas reuniões do anterior mandato expressara a sua discordância com a privatização da águas e tal estava espelhado nas respetivas atas, não vendo por isso necessidade de se repetir e que enquanto colaborador no Governo chegara a trazer documentação e informação técnica que fora distribuída a todo o Executivo, pelo que se a CDU não tinha disso conhecimento considerou haver algum problema de organização Interna. Disse que a CPFNT considerava fundamental a análise de certos documentos e informações técnicas que solicitava para poder apreciar e tomar uma decisão ponderada acerca dos assuntos, aliás fora assim que detetara um conjunto de incongruências técnicas que haviam inviabilizado a votação da proposta, disse ainda que se as posições da CPFNT fossem tão irrefletidas como dissera o Sr. Vereador David Mendes, a CDU não teria votado como votara a Moção respeitante à Tarifa de Resíduos Urbanos apresentada em Assembleia Municipal. Referindo-se à taxa de proteção civil disse que se a CDU tivesse a documentação que a CPFNT tinha e que tinha solicitado já saberia que os serviços técnicos da Câmara já se tinham pronunciado dizendo que face às orientações da ERSAR era impossível a acomodação de uma taxa da Proteção Civil na fatura da água. Em resposta o Senhor Vereador David Mendes disse que o Vereador Jorge Lopes sabia bem que os pareceres da ERSAR não são vinculativos e lembrou também que na primeira reunião preliminar para a discussão do aumento da taxa de RSU, fora ele próprio que sugerira que os técnicos da DIOM elaborassem um estudo que demonstrasse os custos para o Município se este assumisse a

responsabilidade da recolha dos RSU, sugestão logo aceite pelo Senhor Presidente da Câmara e que não fossem tomadas decisões até este estar concluído. Assim, a moção da CPFNT mais não fazia que ir ao encontro do que ele dissera na referida reunião. ----------

----- Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente que respondendo às questões levantadas pelo Sr. Vereador Jorge Lopes disse que pediria à AdAz um estudo aprofundado com incidência em 2013, no qual justificassem não só a aplicação dos contadores como outras situações. Quanto à exposição ao ERSAR no dia seguinte o GAP far-lha-ia chegar e, relativamente existência de processo AdO contra a Câmara Municipal de Azambuja, o que se passava era que a AdAz agora comprava diretamente a água à AdO e havia uma divida reclamada em termos solidários, situação que cairia com o acordo com a EPAL. Disse que a AdO nunca faturara os mínimos à Câmara mas que com a mudança de titularidade começaram a faturar os mínimos, situação contra a qual sempre se debatera dado que não fora o Município de Azambuja que decidira a instalação ou não do Aeroporto na Ota e as decorrentes projeções de população.----------

---Tomou a palavra o Sr. Vereador Jorge Lopes que confirmou que iria haver um acordo com a EPAL que estava a ser negociado há vários meses e questionou como é que a AdO, sabendo que havia um processo em curso teria decido arrancar com o processo, ao que o Sr. Vice-presidente disse ser complicada a negociação com a EPAL pois havia um conjunto de municípios que tinham desrespeitado o contrato, fizeram furos, não aumentaram as tarifas e deixaram de contribuir com a faturação acertada com a AdO. Era sua opinião que a AMO, por força de alguns Presidentes de Câmara, impugnara o Acordo, contudo, os municípios que cumpriram o contrato como Azambuja, não podiam ter o mesmo tratamento que os que não cumpriram. Estava convocada uma Reunião da Assembleia Geral da AdO para o próximo dia 13 onde certamente todos estes assuntos seriam abordados, conclusões que faria chegar ao Vereador. ----------

--- Para finalizar o Senhor Vereador Jorge Lopes perguntou se haveriam outros Municípios demandados, (ao que lhe foi dito que o documento era muito recente e que ainda não houvera oportunidade de averiguar) e chamou a atenção de que estando em questão valores de considerável grandeza sugeriu cautela e cuidado no tratar o assunto pois poderia haver qualquer armadilha do ponto de vista da ADO e da Câmara Municipal que podia trazer consequências gravosas no sistema em alta, disse ser um assunto que teria de ser acompanhado com o dobro da cautela não só pelos montantes em causa como das possíveis consequências que dele podiam advir, ao que o Sr. Vice-presidente disse ter já enviado o assunto ao Jurista da Câmara, Dr. Manuel Rodrigues para que o analisasse e avaliasse. ----------

--- Interveio a Sra. Vereadora Maria João Canilho que, relativamente à intervenção do Vereador David Mendes, disse que a Vereação da CPFNT era composta por duas pessoas e que quando apresentava Propostas e as debatia fazia-o após documentar-se e informar-se dos assuntos fazendo tal apreciação em conjunto, ao contrário do que acontecia com a CDU. Perguntou a Sra. Vereadora se ainda existia e estava a funcionar o Gabinete de Apoio a Coletividades, a que o Senhor Vereador Herculano Martins a pedido do Sr. Vice-Presidente disse que se estava a proceder a um novo Regulamento de Apoio a Coletividades. ----------

---------- **APROVAÇÃO DE ATAS** ----------

--- A ata da reunião ordinária realizada no dia 4 de Fevereiro de 2014 foi aprovada por unanimidade.----------

----------**ORDEM DO DIA**----------

--- **PROPOSTAS**----------

--- **1. Proposta Nº 11/P/2014**----------

--- O Sr. Vice-presidente, apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----------

---*"Considerando que:* ----------

---*A Empresa CPH Logística doou à Câmara de Azambuja artigos de higiene e limpeza (14 embalagens de lixivia e 2 embalagens de sonasol verde).* ----------

--- *A Empresa doou ainda 365 unidades de bebidas (águas e refrigerantes), conforme listagem em anexo.*---------

--- *A importância da dádiva desses produtos para as famílias carenciadas do Concelho e crianças do pré-escolar.*

--- *A Empresa já procedeu `entrega dos referidos artigos nas instalações deste Município.*----------

--- *A competência para aceitar doações ao Município é exclusiva da Câmara Municipal, conforme a alínea j) do nº1 do art. 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.*----------

--- *Proponho que:* ----------

--- *Ao abrigo do nº 3 do art. 35º da Lei 75/2012 de 12 de Setembro, ratificar o Despacho nº 9/P/2014 nos termos do qual se aceitou a doação dos artigos mencionados."* ----------
--- Não havendo qualquer intervenção dos restantes Vereadores o Sr. Vice-Presidente colocou a Proposta a votação. ----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 11/P/2014 foi aprovada por unanimidade. ----------
2. **Proposta Nº 12/P/2014** ----------
---- O Sr. Vice- Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------
---*"Considerando que:* ----------
--- *nos termos do n.º 4 e 11 do artigo 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro - Lei do Orçamento do Estado para 2014 (LOE 2014) -, é exigido parecer prévio vinculativo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro com as devidas alterações, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: a) contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; e b) contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica;* ----------
---- *nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo é da competência do órgão executivo e depende da verificação de requisitos conforme previsto no n.º 11 e 5 do artigo 73.º da LOE 2014;* ----------
---*faltou regulamentar para a administração local os termos e a tramitação desse parecer através de Portaria a emitir pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, das finanças e da Administração Pública, conforme dispõe o artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro;* ----------
--- *na ausência dessa portaria regulamentadora têm vindo os municípios a adotar, em anos anteriores, com as devidas adaptações, as Portarias aplicáveis à administração central do Estado (Portarias n.º 4-A/2011, de 3 de janeiro, n.º 9/2012, de 10 de janeiro e n.º 16/2013, de 17 de janeiro);* ----------
--- *as referidas Portarias definem os termos e tramitação a aplicar a todos os contratos de aquisição de serviços, celebrados por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro;*--
--- *no artigo 4.º das referidas Portarias sempre foi admitida a possibilidade de concessão de parecer genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços, desde que não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00€ (sem IVA) a contratar com a mesma contraparte e o trabalho a executar se enquadre numa das seguintes situações: a) ações de formação que não ultrapassem 132 horas e b) aquisições de serviços cuja execução se conclua no prazo de 20 dias, a contar da notificação da adjudicação;* ----------
--- *a celebração deste tipo de contratos visa dar resposta a situações urgentes e de curta duração, em que a sujeição a um parecer do órgão executivo poderia afetar o regular funcionamento dos serviços, e prejudicar a celeridade e simplificação processual daqueles procedimentos.* ----------
--- *Proponho que,* ----------
--- *Face ao acima exposto, a Câmara delibere o seguinte:* ----------
--- *1. Conceder Parecer Favorável Genérico à celebração de contratos de prestação de serviços, sem prejuízo da aplicação da correspondente redução remuneratória e, desde que, o trabalho a executar não ultrapasse o montante anual de 5.000,00 euros (sem IVA) a contratar com a mesma contraparte, e se enquadre numa das seguintes situações:* ----------
---*a) Ações de formação que não ultrapassem 132 horas;* ----------
---*b) Aquisição de serviços cuja execução se conclua no prazo de 20 dias, a contar da notificação da adjudicação;* ----------
---*2. Conceder ainda Parecer favorável genérico à celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços de manutenção ou assistência de máquinas, viaturas, equipamentos ou instalações, pelo prazo máximo de 1 ano e, desde que não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00€ (sem IVA), a contratar com a mesma contraparte.* ----------
--- *3. Solicitar aos Serviços que informem o órgão executivo, até final do mês seguinte àquele em que foram adjudicados os contratos, da listagem dos contratos celebrados ao abrigo do parecer genérico a conceder, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental.* ----------
---*4.Ratificar, concedendo parecer favorável, a todos os procedimentos desenvolvidos em 2014 anteriormente à data desta proposta, constantes da listagem anexa (cujas informações foram prestadas em todas as reuniões da Câmara Municipal anteriores)."* ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 12/P/2014 foi aprovada com seis votos a favor e uma abstenção do Vereador David Mendes da CDU. ----------

--- Interveio o Senhor Vereador David Mendes comentando que os Municípios cada vez vão sendo menos escrutinados, o que nem era positivo para as suas próprias contas e que por considerar que a Proposta traduzia um ato de gestão autárquica e que o Partido Socialista tinha legitimidade para aceitar a possibilidade que a Lei lhe auferia se iria abster. ----------

---**3. Proposta Nº 13/P/2014**---------- ---------

--- O Senhor Vice-presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---*"Considerando o disposto no artigo 346.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, o Estado deve promover a contratação pública, de modo a que os regimes previstos nos acordos coletivos de trabalho sejam aplicáveis ao maior número de trabalhadores e entidades empregadoras públicas e, no que respeita à Administração Local como forma de regulamentar determinadas matérias das relações de trabalho, designadamente as que respeitam à duração e organização do tempo;* ----------

--- *Considerando, que aos Municípios não está legalmente vedada a possibilidade de, mediante acordo coletivo de trabalho de entidade empregadora pública outorgar com as Associações sindicais, promovendo a redução dos períodos normais de trabalho diário e semanal fixados no artigo 2º,n.º 1, da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, de 8 para 7 horas diárias e de 40 para35 horas semanais;* ----------

---*Considerando que foi já possível chegar acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (STAL), com maior representatividade na autarquia, na outorga do acordo em anexo;* ----------

--- *Considerando as especificidades dos serviços que o município de Azambuja presta aos seus munícipes, aos meios disponíveis para a prossecução dos objetivos, e ainda aos interesses legítimos dos trabalhadores, foi possível estabelecer o acordo em anexo.*----------

--- *Considerando a necessidade de assegurar uma boa gestão dos serviços públicos municipais e, face à inexistência de qualquer prejuízo para a prestação dos mesmos pelo Município ou para a salvaguarda do interesse público, decorrente da manutenção dos períodos normais de trabalho diário e semanal em 7 e 35 horas respetivamente;* ---------- ---------

--- *Considerando a mais-valia que representa a manutenção dos períodos normais de trabalho diário e semanal em 7 e 35 horas, respetivamente, nas condições laborais dos trabalhadores, repercutindo-se nas suas condições da vida pessoal, familiar e profissional, justifica-se a extensão do acordo coletivo a todos os trabalhadores municipais, independentemente da sua filiação a estruturas sindicais, por forma a garantir uma maior aproximação de condições de trabalho e trabalhadores em idênticas circunstâncias;*----------

--- *Proponho que:* ---------- ---------

--- *A Câmara Municipal aprove deliberar ao abrigo do n.º3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ratificação da outorga do Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública em anexo, bem como a ratificação do meu despacho n.º 11/2014, nos termos do qual se retomou a adoção dos períodos normais de trabalho diário e semanal de 7 e 35 horas, respetivamente."*---------- ---------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 13/P/2014 foi aprovada por unanimidade.----------

--- **4. INFORMAÇÕES** ----------

---4.1. Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Contabilidade – Resumo da Execução Orçamental - Período de 1/1/2013 a 25/2/2013 ----------

--- A Câmara tomou conhecimento.----------

---4.2. Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Aprovisionamento----------

--- Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros – Período de 14/2/2013 a 27/2/2014 ----------

--- A Câmara tomou conhecimento.----------

---4.3. Departamento de Administração e Finanças – Inf. Nº 3/ P/2013/DAF ----------

--- A Câmara tomou conhecimento.----------

---4.4. Divisão de Urbanismo- Despachos do mês de Fevereiro ----------

--- A Câmara tomou conhecimento.----------

--- **ENCERRAMENTO** ----------

--- Eram dezanove horas e vinte e cinco minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. ----------

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelo Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada. -------